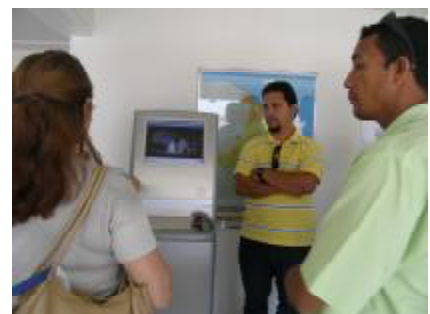


Saindo de Fortaleza aproximadamente às 10:30h do dia 15 de outubro de 2008 para a premiação internacional de Frei Dom Luis Cappio em Sobradinho/BA, a delegação de Fortaleza — formada pela Frente Cearense Por Uma Nova Cultura da Água (Gigi Castro e Regina Feitosa), pela COPICE – Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (Fernando Tremembé) e contando com o “auxílio luxuoso” do motorista Cícero Paes — fez sua primeira parada em Salgueiro/PE, no Centro de Referência de Comunicação Social do Projeto Integração do Rio São Francisco/Escritório Regional do Ministério da Integração Nacional (MIN). Parada institucional, vale dizer, porque era já o segundo dia de viagem — e saindo de Fortaleza, passou-se por Canindé, Quixadá, Acopiara, Iguatu e pernitoou-se em Juazeiro do Norte.

O Centro de Referência do Ministério da Integração Nacional foi inaugurado em fevereiro de 2008. Sua função: “traduzir” o projeto técnico para uma linguagem acessível à “boa compreensão”, pela população, da importância do projeto de transposição — ou de “integração”, como eles dizem. O prédio enorme já fora ocupado com outra finalidade, mas agora serve ao consórcio Logos Concremat, ali representado, dentre outros, por assessores de comunicação — cuja função é a elaboração de material para “educação ambiental” junto às populações/prefeituras, bem como a apresentação do projeto de transposição (via vídeos, mapas, material gráfico impresso e palestra) às escolas, grupos e/ou pessoas (como nós...). Eis, então, o Centro de Referência, seu material e pessoal (junto com o nosso).





A moça que nos ciceroneou (Fábia de Sá Macedo – [87] 38712575) apresentou-nos o projeto em toda a sua “pujança”: os 2 eixos previstos, as 6 estações de elevação, a divisão em lotes para os consórcios de empresas contratadas para a construção, os 36 programas ambientais em 12 áreas de preservação, a profundidade/largura dos canais (5m x 25m), os 4,9 bilhões de reais a serem investidos, o trabalho do Exército (que “não necessita de licença”) já iniciado, os 164 municípios a serem “beneficiados” com as estações de tratamento de água/esgoto, as licenças já dadas pelo IBAMA para supressão vegetal... enfim. Coroou todo esse discurso com o vídeo do MIN — que já havíamos visto, mas que reassistimos, como “pessoas interessadas”. Ao final de todo o processo, pediu que nos identificássemos numa ficha (chamada de ouvidoria do projeto) e que colocássemos nossas sugestões/dúvidas, que “a própria ministra (Dilma Rousef) nos responderia”, através de sua assessoria. Regina preencheu a ficha (nós passamos por assessor@s da Cáritas, por força do veículo com que chegamos e fomos identificados) — e prosseguimos viagem, depois de mais de uma hora (10:10h-11:20h) nesse Centro de Referência.

Próxima parada: o acampamento do Exército em Cabrobó. Chegamos, nos identificamos (agora, sim, como Frente Cearense Por Uma Nova Cultura da Água — omitindo o “contra a transposição...”) e fomos prontamente recebidos pelo Capitão Andreos ([87] 91737197). Importa dizer que no Centro de Referência perguntamos como seria possível visitar as obras, e foi-nos dito que isso “exigia uma burocracia”, “aprovação de pedido” — a não ser que fôssemos com el@s, assessor@s do MIN (o que não se podia fazer ali, pela falta de estrutura [ainda] para esse serviço). Pois bem: batemos no portão do Exército e nada disso foi necessário. A hora era inconveniente: meio dia e meia. O sol a pino. Nem mesmo isso nos impediu de ser atendidos. Depois do Capitão Andreos, veio uma equipe formada por dois tenentes e uma agente ambiental. Um dos tenentes, Fontenele ([87] 38751007 – [dstdompedroii@hotmail.com](mailto:dstdompedroii@hotmail.com)) — cearense, diga-se de passagem, em meio a todo um pilotão piauiense —, foi nosso guia, tanto na palestra quanto na visita na obra. Engenheiro, foi respondendo a todas as nossas perguntas: são 327 homens na execução da obra; o Exército é responsável por 2 km dos 10km já executados até agora (o restante, está sendo feito por empresas); “as condicionantes ambientais estão sendo respeitadas” — a área de “bota-fora” desmatada (50m de cada lado do canal) terá o solo refeito, a partir do material decomposto advindo do próprio desmatamento; foram feitos “corredores” para evasão da fauna local; a obra “vai beneficiar” tanto a população local quanto para onde a água será destinada, há acompanhamento da universidade (Univasp) para o caso de haver vestígios de sítio arqueológico, a recuperação do solo será feito plantando espécies nativas... enfim.

Depois da palestra, fomos conduzidos, no carro do Exército, ao local das obras. Primeiro fomos ao canal, cujo início deu-se ano passado. E emocionou-nos, chegando aonde será (melhor, aonde quiçá nunca seja) feita a tomada das águas, ver o rio São Francisco. Na sua mansidão — com garças despreocupadas pousadas num refúgio de vegetação aqui ou ali, em meio ao rio —, seguia incólume como se



se essa obra absurda não estivesse sendo feita ali, às suas margens. Visto e filmado aquele trecho (com dificuldades, pois a câmera resolveu que o cabeçote estava sujo e pedia uma fita limpante, que não se tinha), fomos para a área onde será feito o primeiro represamento, chamada Barragem de Tucutu. Tudo uma imensidão, ainda que pouco tenha sido feito. Mas o movimento de carros, de máquinas, de seres humanos, de terra revolvida é enorme. Uma coisa, porém, nos chamou atenção, a despeito da fala do Ten. Fontelene — para quem, com tantos investimentos, seria “inconseqüente parar a obra já em andamento”. A reflexão que fazemos é: se com um ano de trabalho o que se conseguiu andar (abrindo valas e explodindo rochas, já que o solo é, geologicamente, um cristalino) foram tão somente 10 km (abertos, não concluídos...), não há por que não parar essa obra! Nesse ritmo, ela levará no mínimo 40 anos para ser executada — e não sendo essa água necessária senão para liberar as águas estocadas nos estados do setentrional (segundo Roberto Malvezzi), o que a obra significa não é outra coisa senão o “emprego” de construtoras e empreiteiras pelo Governo Lula, como bem disse depois Dom Tomás Balduino, numa entrevista posterior.

Vejamos, então, as imagens do Exército, seu acampamento, pessoal e as obras em andamento — assim como uma imagem do rio.





Antes de prosseguir, porém, é importante ampliar uma foto da primeira parada no Centro de Referência do MIN e tentar identificar os grandes consórcios envolvidos nos loteamentos do projeto de transposição.



eixo	trecho	lote	consórcio maior	lote/consórcio/empresas menores	local	
NORTE	I	Lote A	ENGEORPS	Exército	Cabrobó/PE	
				Lote 01 – Águas de São Francisco – SONDOTÉCNICA		
				Lote 02 – Águas de São Francisco – SONDOTÉCNICA		
				Lote 03 – Encalço/Convap/Arvek/Record - MWH		Salgueiro/PE
				Lote 04 – Encalço/Convap/Arvek/Record - ENGEVIX		
	Lote 08 – LJAEBISA - DUCTOR	Parnamirim/ PE				
	II	Lote B	HIDROCONSULT	Lote 05 – Encalço/Convap/Arvek/Record - ENGEVIX	Jati/CE	
				Lote 06 – EIT/Delta/Getel - MAGNA	Missão Velha/CE	
				Lote 14 – Construcap/Ferreira Guedes/Toniolo Busnello/Ambiental - MAUBERTEC		
				Lote 07 – Carioca/S.Apaulista/Serveng - MAGNA	Cajazeiras/PB	
III e IV	Lote F	ENGESOFT		CE/PB/RN		
LESTE	V	Lote C	TECHNE	Exército	Floresta/PE	
				Lote 09 - ENGER		
				Lote 10 -	Ibirim/PE	
				Lote 11 – OAS/Galvão Barbosa Mello/Coesa - TECNOSOLO		
				Lote 13 - Encalço/Convap/Arvek/Record - DUCTOR	Serra Talhada/PE	
		Lote D	ECOPLAN	Lote 12 – OAS/Galvão Barbosa Mello/Coesa - ECOPLAN		
		Lote E				

Fonte: Mapa "Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional" do Consórcio Logos Concremat/Ministério da Integração Nacional



A terceira parada deu-se já em Sobradinho, no Seminário “Revitalizar o Rio para a Vida em Paz”. Ocorrido na Câmara Municipal de Vereadores de Sobradinho, contou com a participação de cerca de 120 pessoas de Alagoas, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Paraíba, Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal e da Suíça. Roberto Malvezzi (Gogó), que esteve ladeado no Seminário por Salete Pereira da Articulação do Semi-Árido brasileiro (ASA) e por Margarida Barbosa do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), fez uma fala sobre a importância dos territórios para as populações do São Francisco. Nela, o agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) recupera o fato de já terem havido 13 povos indígenas na Bacia Hidrográfica do São Francisco — nações que foram sendo dizimadas com a entrada dos portugueses rio adentro ou, quando não, expulsas para dar lugar às fazendas de gado. Ressalta também os conflitos de terra que se instalam quando uma grande obra, como a transposição, vem se instalar nessas áreas, uma vez que as comunidades que ancestralmente a ocupam (ribeirinhos, pescadores, quilombolas, indígenas) não possuem documentação dessa terra. O que configura uma disputa que opõe povo versus grandes projetos. Nesse sentido, diz Gogó, a transposição vem na mesma lógica do desenvolvimento antigo do vale do São Francisco, qual seja: a ocupação dos espaços, dos territórios das comunidades. E complementa: “se esse espaço for necessário, se ele for interessante pro capital, não há dúvida nenhuma de remover essas comunidades, colocá-las sem saber muitas vezes aonde, em piores condições de vida, pra que aquele espaço seja ocupado pelas empresas. Se é do interesse do capital, o governo vem e remove” — sentencia — “mesmo que o próprio governo esteja fazendo outras coisas ali dentro”. Gogó lembra ainda que o espaço, o território — sobretudo para as populações indígenas e quilombolas —, é o espaço não só de morar, mas de morar, de produzir, é o lugar dos familiares, é o lugar da cultura, do sustento, do sagrado, dos cemitérios, dos cultos... Daí que, ao tirar o espaço dessas comunidades, o que se destrói é não só as comunidades, enquanto coletivo, mas as pessoas. De onde, diz ele, falar da revitalização do rio, falar de rio e povo, é estar falando dessas comunidades, da conservação dos seus territórios. O que é muito difícil diante de uma concepção de desenvolvimento para a qual essas comunidades são consideradas como “atraso”, “empecilho” — já que é dessa forma que o capital as vê. A violência, então, sobre esses povos, é terrível, diz. E termina lembrando que, apesar de controverso ainda hoje, o conceito de território foi trazido para o Brasil pelo geógrafo baiano Milton Santos, para quem o território seria o último ponto de resistência de um povo, de uma comunidade: “enquanto se tem o território, tem defesa; no momento em que perde o território, se está entregue às feras!”. Ao comentar uma pergunta, já no debate, sobre a questão da gestão a partir das bacias hidrográficas, Gogó ressalta que ainda “estamos distantes anos-luz de uma prática, pelos governos, de pensar o desenvolvimento a partir dos territórios naturais: as bacias hidrográficas”. E conclui, ao se referir ao loteamento dos territórios aquáticos (de mar, de açudes) que está em processo no atual governo, dizendo que o Fernando Henrique privatizou o patrimônio social brasileiro (Vale do Rio Doce, hidrelétricas, energia...), mas que o Lula está privatizando os bens naturais do Brasil: “privatizou o espelho d’água, agora parte das florestas, a questão dos transgênicos. A privatização continua”, finaliza.



O Seminário prosseguiu pela tarde do dia 17 de outubro de 2008. Parte da nossa delegação, então, participou dele (Fernando Tremembé) e a outra parte foi convidada a estar na coletiva de imprensa de Dom Cappio. Nesta, estiveram, além do Bispo de Barra: Derli Casali ([87] 96332267/[87] 38742292 – [qc.422@hotmail.com](mailto:qc.422@hotmail.com)) do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) de Pernambuco e membro da Via Campesina Nacional; Regina Feitosa, da Frente Cearense Por Uma Nova Cultura da Água; Marianne Splillez ([Marianne@frida.org.br](mailto:Marianne@frida.org.br)) da Fundação Vida Para Todos e do Serviço Paz e Justiça do Brasil, que foi quem indicou Dom Cappio para o prêmio Pax Christi, e Ruben Siqueira, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Na sua fala, Derli Casali disse da importância de um prêmio dessa ordem para a luta e a resistência em favor do rio São Francisco e da dignidade dos povos. Lembrou também a V Conferência Internacional da Via Campesina, que se iniciou dia 17 e vai até o dia 23 de outubro, em Maputo/Moçambique, onde se discute a situação de todos os Povos do Campo, “povos que se encontram ameaçados diante dos grandes projetos”, assim como referiu-se à luta por Soberania Alimentar, iniciada dia 16 em todo o Brasil, fazendo mobilizações em defesa de uma alimentação saudável. Fez referência ainda ao fato de que atualmente “quase 4 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso à alimentação com dignidade, enquanto quase 1,5 bilhão está passando fome mesmo”. Lembrou também a Conferência de Bruxelas (1974), que prognosticava que em 10 anos se acabaria com a fome — para ressaltar que o que vem acontecendo nesses últimos anos é, na verdade, um crescimento da miséria e da fome no mundo. “Sem acesso à terra, sem acesso à água, sem acesso às sementes e sem acesso aos insumos e às tecnologias para poder produzir, é claro que a fome vai aumentar cada vez mais, porque o modelo



que está pensado aí é para produzir comida não para o povo do mundo: é para produzir as commodities para alimentar os interesses da Organização Mundial do Comércio (OMC), os interesses das grandes empresas do mundo que querem cada vez mais o comércio de alimentos por meio das bolsas de futuro. E não é esse o caminho que o mundo está querendo trilhar. O caminho que nós estamos pensando, que a sociedade civil organizada por meio de todas as suas organizações está querendo construir, passa por outro entendimento de humanidade, por outro entendimento de planeta, por outro entendimento de ser humano. Não é por esse caminho que nós vamos construir a humanidade que nós queremos” — disse Derli Casali.



Regina Feitosa  
chama atenção  
para o  
despreendimento  
de Dom Cappio  
no gesto do jejum  
e reitera o  
merecimento de  
um prêmio como  
o Pax Christi,  
dizendo que o  
Ceará não  
poderia deixar de  
estar ali presente.

Ressalta, no entanto, que a despeito de se considerar que, como “estado receptor” das águas do São Francisco, haja uma idéia de que se é totalmente “a favor” da transposição, na verdade não é assim. “Hoje, os movimentos sociais mais comprometidos com uma sociedade justa, se articulam e se contrapõem formados na Frente Cearense Por Uma Nova Cultura da Água e Contra a Transposição das Águas do Rio São Francisco. Por que, então, que o Ceará, sendo estado receptor, está contrário à transposição do São Francisco?” A integrante da Frente Cearense mostra, então, um mapa que aponta por onde as águas do Velho Chico vão entrar e para quem se destinam. De modo algum atendem às comunidades mais impactadas pela estiagem no Ceará — diz. “As águas do São Francisco têm como destino a fruticultura irrigada, a carcinicultura e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém”, com a implantação de uma siderúrgica e de termelétricas — estas a atingir a comunidade indígena Anacé, ancestral habitante da região do São Gonçalo do Amarante/CE (antiga Anacetaba). “Diante desse cenário, em que realmente a transposição não vem para beneficiar os 12 milhões de sertanejos como o governo Lula coloca, os movimentos comprometidos com uma sociedade mais justa não poderiam se calar, não poderiam compactuar com isso. Por isso o Ceará resiste!” — finaliza.



Marianne Splillez conta como surgiu a idéia de indicar Dom Cappio ao prêmio Pax Christi internacional. O SERPAJ – Serviço Paz e Justiça, é um movimento que acredita no método da não violência e que foi fundado no ano de 1974 na América Latina; tem como líder o argentino Adolfo Perez Esquivel, ganhador do Nobel da Paz em 1980. O Nobel da Paz foi dado em reconhecimento à sua luta pelos direitos humanos contra a ditadura na América Latina. Adolfo Perez Esquivel, no entanto, nesse trajeto, foi preso e vivia uma “situação limite”, quando, ainda em 1978, recebeu, na prisão, o prêmio Pax Christi. A indicação do nome de Dom Cappio adveio, assim, de uma situação semelhante, guardadas as singularidades do jejum e oração, que é um instrumento muito forte da não violência. Quando por 24 dias, e pela segunda vez, o bispo de Barra tomou a atitude de se sacrificar na defesa do rio, chamou a atenção do Brasil e do mundo não para uma ditadura militar, mas para a ditadura do capital, conformada nos grandes projetos e, em especial, no projeto de transposição do rio São Francisco. “Esta ditadura é tão cruel, nas suas conseqüências, quanto a ditadura militar” — disse Marianne. Daí que, em fevereiro de 2008, na Conferência dos Povos do São Francisco, junto com todos os movimentos sociais que apóiam Dom Cappio, foi feito um abaixo-assinado e o SERPAJ fez a indicação do Bispo ao prêmio. Ela conta que, ao consultar o pessoal ligado ao Pax Christi sobre as possibilidades reais de auferir a premiação, percebeu uma reação muito favorável ao nome de Dom Cappio: “Eles gostaram muito da indicação. Parecia — me parecia — que eles tinham esperado um nome digno desse prêmio”. Finaliza dizendo que é um prêmio muito significativo — até agora ganho somente por dois brasileiros: Margarida Alves, sindicalista e camponesa da Paraíba que foi assinada na porta da sua casa, e o diplomata brasileiro ligado à ONU, Sérgio Vieira de Melo. Os dois receberam o prêmio postumamente. “Dom Cappio é o terceiro brasileiro que ganha o prêmio — graças a Deus, em vida! E também é a primeira vez que esse prêmio é outorgado fora da Europa, fora do país dos dominadores, e junto aos movimentos sociais, perto do povo. É a primeira vez.”





Ruben Siqueira inicia sua fala dizendo que o que se estava a viver ali era um “momento de reconciliação”. Faz menção à fala de Marianne sobre a “Europa dominadora” e à fala de Regina, com “o pessoal do Ceará que se junta ao povo da Bacia do São Francisco pra fazer uma outra unidade reativa à imposição de um projeto que não é do povo nordestino”, para dizer que a Pax Christi nasceu com uma proposta de reconciliação, depois da II Guerra Mundial, entre franceses e alemães. “De lá pra cá, o prêmio foi promovido em reconciliações de outros conflitos, outras guerras mundo afora — inclusive essa guerra que nós estamos aqui vivendo, que se trata de uma guerra pela água, trata-se de uma guerra pela comida. Uma guerra que não é declarada, não se está de mãos armadas — apesar do governo brasileiro ter colocado o Exército com dois canhões em Sobradinho, o ano passado, pra garantir a transposição. Então, também aí se arma — e a violência se torna mais ou menos explícita quando é necessário, quando há projetos e interesses que não são da maioria da população, essa é que é a verdade.” Diz ainda que nessa luta pelo São Francisco, tem-se descoberto outras dimensões: “Quando o Ceará diz ‘por uma nova cultura da água’, significa que nós precisamos renovar um monte de coisas, de atitudes, de propostas — não só políticas, mas também das nossas relações interpessoais, entre comunidades e povos, que sejam sustentáveis e que tragam paz. Mas uma paz que seja fruto da justiça.” Ressalta também que nos últimos quatro anos os movimentos do São Francisco têm dado um salto, justamente por estarem se articulando. Lembra que no ano passado ocupou-se o canteiro de obras com 1.500 pessoas, foram feitos mutirões nos eixos, houve todo um movimento em torno da Capela de São Francisco (Sobradinho), durante o jejum de Dom Cappio. Finaliza dizendo que as manifestações que sempre ocorrem em torno do dia 04 de outubro este ano foram adiadas para contemplar, durante a Semana de Soberania Alimentar, a premiação de Dom Cappio — ocasião em que se lança também um dossiê que tenta dar conta do que está acontecendo na Bacia do São Francisco. Ressalta que mesmo o cenário que aponta as preocupações com as mudanças climáticas e o discurso de sustentabilidade “não têm resultado, no Brasil, num outro tipo de atitude, numa outra governança”. Diz que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem multiplicado esses projetos — e que a preocupação da população e da bacia do São Francisco é muito grande. Cita, como exemplos, “o projeto de 150.000 hectares de cana de açúcar irrigada e 5 usinas em Ouricuri/PE, de um dos grupos mais poderosos do Japão, que também vem pra fazer mineração; na região de Dom Luis, diocese da Barra, na beira do Rio Grande (que é o último grande afluente do São Francisco), uma empresa coreana vai instalar 40.000 hectares — 27.000 hectares de cana para etanol; a Odebrechet também está na região, com cana de açúcar pra etanol; o Bahia-Bio propõe mais de 500.000 hectares também pra cana de açúcar... Isso é uma loucura. Isso é uma alucinação. Gestos como esse de Dom Luis, essa congregação de forças e de energias do bem, da paz, da vida, é a única esperança que a gente tem pra bancar tudo isso” — finaliza.



Dom Cappio, então, começa dizendo que voltar a Sobradinho lhe “causa arrepios”. Por um lado, porque ali aconteceu o que ele chama de “a festa da solidariedade em defesa do bem, em defesa daquilo que é justo, daquilo que é nobre”: o povo de Sobradinho, os movimentos sociais, amigos de ONG’s, do Brasil e de fora do Brasil — todos se solidarizaram com ele nos dias de jejum e oração, lembra. “Aqueles dias foram dias de muita beleza”, diz. Por outro lado, ressalta, os 24 dias de jejum deram visibilidade ao que é “a realidade do povo do sertão, de boa parte do povo do semi-árido brasileiro, que passa fome.”

Dom Cappio reitera que voltar a Sobradinho é a um só tempo consolador, pelo reconhecimento que o prêmio confere, mas assustador, pela percepção de que as coisas não mudaram: “A maneira terrível do governo brasileiro administrar essas realidades continua nos indignando a todos. Mas voltar para cá é sempre, de novo, alimentar a esperança na continuidade da luta. Voltar a Sobradinho é confirmar a luta. Essa luta continua. Apesar de todas as referências em contrário, desse ‘tsunam’ contrário que nos invade, nós nos confirmamos na luta. E mais uma vez nos damos as mãos. E mais uma vez dizemos: apesar de tudo, vale a pena lutar! E estamos aqui para isso.”

Questionado sobre o que representa a adesão de mais de 50 grupos/pessoas no mundo todo ao jejum proposto para o período da Semana pela Soberania Alimentar, Dom Cappio diz que tudo isso (o prêmio, as adesões) gera nele sentimentos contraditórios: “Em primeiro lugar, uma satisfação muito grande em perceber que o mundo se faz solidário a essa luta e é sensível à realidade do rio São Francisco, à realidade do povo ribeirinho, do povo do semi-árido brasileiro. Isso nos dá alegria: perceber essa sensibilidade a nível mundial por essa causa, que é de todos nós — e que a Pax Christi assumiu na concessão desse prêmio. Mas, por outro lado, é um motivo de profunda tristeza perceber que o governo brasileiro — que era quem devia estar à frente, afinal de contas, de todas essas comemorações — é aquele que continua totalmente insensível a essas lutas. Totalmente cego, surdo, mudo, calado — totalmente insensível à realidade do rio São Francisco, à realidade do povo do sertão e à realidade de todo o povo ribeirinho. Uma insensibilidade total. As obras continuam — silenciosas, mas continuam. Apesar de todas as manifestações contrárias, apesar de tudo aquilo que se faz, que se diz, contrário ao projeto, as obras continuam. Quer dizer, um autoritarismo sem limites. Então essa insensibilidade, essa falta de respeito ao povo brasileiro, aos movimentos sociais, às universidades — nenhuma dessas instituições, nenhum desses organismos é ouvido, são todos rejeitados, colocados à margem como se não existissem —, refletem essa vontade impositora do governo, totalmente ditatorial, que impõe um projeto que tem que descer goela abaixo do povo, mesmo com a sociedade se posicionando contrária a esse projeto. Isso nos indigna! Isso nos



deixa profundamente tristes. Então, se por um lado este acontecimento nos traz alegria de perceber a sensibilidade a nível internacional, é motivo de tristeza por perceber a insensibilidade do nosso governo brasileiro” — concluiu Dom Cappio, assim, a entrevista coletiva concedida na Capela de São Francisco, na tarde de 17 de outubro de 2008, em Sobradinho/BA.

O dia 18 de outubro foi consagrado ao jejum. Nesse ínterim, a Frente Cearense entrevistou várias pessoas, dentre as quais o Bispo e presidente emérito da CPT, Dom Tomás Balduino, e a indígena Maria Tumbalalá. Nos depoimentos, sempre presente a indignação com o projeto de transposição que, diferente do que o governo brasileiro alardeia, não vem para beneficiar as populações, mas se faz em detrimento delas. Na parte da tarde, a Frente Cearense também visitou a Barragem de Sobradinho e, para poder fazer fotografias e filmagens, teve que esconder suas câmaras enquanto passava pelo Exército — que se postou durante todo o dia na entrada da Barragem, sem nenhuma alegação plausível para aquela presença.

Ao longo de todo o dia foram chegando delegações de todo o Nordeste e do Brasil. Movimentos sociais, ONG's, representantes do Ministério Público, estudantes, ribeirinh@s, pescador@s — dos quais muitas pessoas também jejuaram, num gesto de solidariedade à causa do São Francisco.

À noite, a festa que começou por volta das 20:00h com a música de Roberto Malvezzi e da Banda Fé e Axé, não terminou antes das 4:00h da manhã do dia 19. O momento mais esperado, a cerimônia da premiação, começou de forma simbólica: o Velho Chico foi o primeiro a ser chamado ao palco montado numa pequena tenda em meio à Praça da Feira de Sobradinho, chegando através de suas águas depositadas num grande alguidar. Em seguida, foram sendo chamados os Povos do Rio: indígenas, ribeirinh@s, pescador@s e até mesmo os animais, representados num pequeno cordeiro. As Tumbalalá Maria e Avelina acolheram o povo da praça com um canto indígena. Depois foi a vez das várias igrejas ali presentes renderem sua homenagem, para então, através de Laura Vargas, ser entregue a Dom Cappio, e aos movimentos que lutam em defesa do rio e do povo do São Francisco, o Prêmio Pax Christi. No discurso de premiação, Laura Vargas ressaltou que Pax Christi é um reconhecimento “dos que trabalham pela paz e pela reconciliação de várias maneiras”. Acrescentou ainda que “Pax Christi Internacional está apoiando processos de paz no sul do Sudão, no norte da Uganda, na República Democrática do Congo; tem acompanhado processos de reconciliação na ex-Iugoslávia, como também os esforços de paz no Sri Lanka, no sul das Filipinas e Colômbia; apóia também grupos locais no Oriente Médio, para fortalecer seu compromisso pela não violência. Pax Christi, como um movimento internacional, tem sido uma liderança nos esforços internacionais para conseguir o desarmamento nuclear, o controle da proliferação e proibição das minas terrestres, assim como das bombas de fragmentação. Pax Christi Internacional está comprometida com o



diálogo e a cooperação interreligiosa e com o estabelecimento de mecanismos como a Corte Internacional para proteger os direitos humanos e promover a paz. O Prêmio Internacional Pax Christi é entregue a cada ano, em reconhecimento a pessoas ou grupos que representam os ideais e valores do movimento, e que têm trabalhado de uma maneira exemplar para um mundo de paz.”

Laura Vargas assim anunciou a entrega do prêmio: “Pax Christi decidiu entregar o Prêmio 2008 ao frei franciscano Dom Luis Flávio Cappio, Bispo de Barra, do estado da Bahia/Brasil, por sua atuação não violenta e de amor à vida, a favor dos pescadores e dos ribeirinhos ameaçados pelo projeto de transposição das águas do rio São Francisco, e também à comunidade que luta a seu lado neste movimento contra o projeto que ameaça a vida de milhares de cidadãos humildes deste país. Desde o começo do jejum e oração de Dom Luis, muita gente, como Adolfo Perez Esquivel (Prêmio Nobel da Paz), se uniu ao protesto. Em 10 de dezembro, 4.000 pessoas acompanharam o Bispo desde a Capela de São Francisco até o rio — e juntos, estiveram organizados para reivindicar seus direitos. Em 13 dezembro, 100 organizações da sociedade civil se uniram lutando junto com o Bispo e sua comunidade. Diferentes organizações e movimentos apoiaram Dom Luis, como a CPT – Comissão Pastoral da Terra, e a Cáritas Brasileira, como também a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – a CNBB. A luta que este prêmio representa também faz eco de muitas outras lutas que se dão ao redor do mundo, em relação à defesa dos direitos, acesso à terra e a seus preciosos recursos. A inspiração de Pax Christi Internacional não está somente nos heróis e heroínas do passado, mas também nos heróis e heroínas contemporâneos, que estão lutando para criar uma cultura de paz em suas comunidades e no mundo. Nosso prêmio quer ser um esforço por reconhecer essas importantes contribuições. Finalmente, me honra profundamente entregar o prêmio pela paz 2008 de Pax Christi Internacional a Dom Luis Flávio Cappio e a sua comunidade, que tem sustentado essa luta de amor pela vida. Que seus esforços dêem frutos abundantes e sejam plenamente abençoados!”

Dom Luis Cappio falou emocionado e rodeado pelos movimentos sociais ali presentes: MAB, MST, MPA, Via Campesina, indígenas, pescador@s e ribeirinh@s. Dirigiu-se a tod@s, confessando que o prêmio concedido pela Pax Christi gerava, nele, dois sentimentos contraditórios, reiterando o que já havia dito na entrevista coletiva. Disse que o prêmio confirmava a certeza de que há que se continuar nessa luta, ainda que ela custe a própria vida, no que foi bastante aplaudido. Por fim, dirigiu-se a Laura Vargas e lhe pediu que fosse portadora do agradecimento que fazia à Pax Christi pelo reconhecimento “da luta dos pequenos, dos beiradeiros, do Povo do São Francisco, em defesa do querido e Velho Chico”.

Após a cerimônia de premiação, cerca de 5.000 pessoas acompanharam a 5ª Romaria das Águas que, ao longo de 4 km da Praça da Feirinha às margens do rio São Francisco, fez 4 paradas simbólicas, nas quais o prêmio era compartilhado entre Dom Cappio e os vários movimentos que integram essa resistência. A energia que se espalhou pela noite de lua, a música que o trio elétrico trazia e que movimentava o corpo e alma das pessoas ali presentes, bem como a certeza



daquela multidão nas palavras de ordem, de fé e esperança de tod@s quantos falaram animando aquele momento, confirmaram, na caminhada e na partilha do pão que encerrou a jornada de jejum, a luta em defesa do São Francisco.

